



Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE ÉTICA NO USO DE ANIMAIS DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO - USP

Regimento Interno da Comissão de Ética no Uso de Animais, aprovado na 419ª Reunião Ordinária da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP, realizada em 26/08/2021.

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO

Artigo 1º – A Comissão de Ética no Uso de Animais de Experimentação (CEUA) é uma comissão assessora da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP (FFCLRP – USP), de regime autônomo, colegiado, multidisciplinar, fiscalizador e deliberativo do ponto de vista ético sobre as questões relativas ao uso de animais no ensino e na experimentação.

CAPÍTULO II DAS FINALIDADES

Artigo 2º – A CEUA tem por finalidade:

I - A conscientização do meio acadêmico com relação às condições éticas na utilização e manutenção de animais vivos não humanos das espécies classificadas como filo Chordata, subfilo Vertebrata, usados em experimentos de ensino ou pesquisa científica (de acordo com o artigo 2º da Lei Nº 11.794, de 8 de outubro de 2008 e Resolução Normativa 51, de 19 de maio de 2021 do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal – CONCEA);

II - Analisar, à luz dos aspectos éticos, projetos, protocolos para ensino e pesquisa e emitir pareceres e autorização para execução das atividades envolvendo animais obedecendo a normas municipais, estaduais, nacionais e internacionais vigentes;

III - Expedir certificados, à luz dos princípios éticos na experimentação animal, após a entrega do relatório final de atividades realizadas;

IV - Aprovar, controlar e fiscalizar atividades de criação, ensino e pesquisa científica com animais, bem como garantir o cumprimento das normas de controle da experimentação animal editadas pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA).

Parágrafo único – As autorizações e os certificados a que se referem, respectivamente, os incisos II e III deverão ser aprovados em Reunião Ordinária ou Extraordinária da CEUA.

CAPÍTULO III DA CONSTITUIÇÃO

Artigo 3º – A CEUA-FFCLRP terá a seguinte constituição:

I - Dois Representantes Titulares Docentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP e seus respectivos suplentes;



Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

II - Três Representantes Titulares Docentes da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto – USP e seus respectivos suplentes;

III - Um Representante Titular Docente da Escola de Educação Física e Esportes de Ribeirão Preto – USP e seu respectivo suplente;

IV - Um Representante Titular dos Servidores não docentes do Biotério Geral do Campus de Ribeirão Preto e seu respectivo suplente;

V - Um representante da comunidade e seu respectivo suplente, que sejam membros de Sociedades Protetoras de Animais, legalmente estabelecidas no País.

§ 1º – Os representantes referidos no inciso I, II e III serão indicados pelos Diretores das Unidades de Ensino.

§ 2º – Os representantes dos servidores não docentes referidos no inciso IV serão indicados pelo Prefeito de *Campus* de Ribeirão Preto.

§ 3º - Os representantes da comunidade referidos no inciso V serão indicados pela Divisão de Controle de Zoonoses da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.

§ 4º - Os membros a que se referem os incisos I e IV deverão, obrigatoriamente, atender ao disposto na Resolução Normativa CONCEA nº 1, de 09 de julho de 2010, quanto à composição da CEUA na indicação de um médico veterinário e de um biólogo e seus respectivos suplentes de mesma formação profissional, podendo a CEUA possuir mais de um profissional de cada área, desde que respeitada a composição mínima estipulada pela legislação.

§ 5º - Na ausência de manifestação ou indicação de membros de Sociedade Protetora de Animais legalmente constituída e estabelecida no País, na forma prevista no inciso V deste artigo, a CEUA poderá convidar consultor *ad hoc* com notório saber e experiência no uso ético de animais, enquanto não houver tal indicação.

§ 6º – Os mandatos referidos no caput deste artigo terão duração de dois anos, intercaladamente, para os membros referidos nos incisos I, II, III, IV, e V, devendo ser substituídos, permitindo-se reconduções.

§ 7º – A CEUA-FFCLRP terá suas atividades administrativas assistidas por servidores técnicos e administrativos, indicados pela Direção da FFCLRP – USP.

§ 8º – A composição da CEUA da FFCLFRP respeitará as indicações feitas para composição da CEUA PUSP-RP, mantendo-se uma filosofia única para os trabalhos realizados pelas CEUAs no Campus de Ribeirão Preto, bem como a integração entre as diferentes unidades.

Artigo 4º – O Coordenador e o Vice-Coordenador da CEUA FFCLRP-USP serão indicados pela Direção da FFCLRP, dentre os membros da CEUA, com mandato de dois anos, permitidas reconduções.

Artigo 5º – A Comissão será renovada anualmente em 50% de seus membros.

Parágrafo único – Na primeira reunião, proceder-se-á a sorteio para a indicação dos membros com mandato inicial de um e dois anos.



Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

Artigo 6º – No caso do membro efetivo se ausentar por 4 (quatro) vezes seguidas ou 6 (seis) alternadas e não justificadas, o Coordenador da CEUA, informará, por escrito, ao Diretor da FFCLRP - USP para que seja providenciada sua substituição.

Parágrafo único – No caso de vacância de qualquer membro da CEUA-FFCLRP, o mesmo será substituído, para complementação de mandato, conforme normas dispostas neste Regimento.

CAPÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA

Artigo 7º – É da competência da CEUA:

I - cumprir e fazer cumprir, no âmbito de suas atribuições, o disposto na legislação nacional e nas demais normas aplicáveis à utilização de animais para o ensino e pesquisa;

II - examinar previamente os procedimentos de ensino ou pesquisa a serem realizados na FFCLRP - USP para determinar sua compatibilidade com a legislação e normas éticas aplicáveis;

III - manter o cadastro atualizado dos procedimentos de ensino e pesquisa com animais realizados ou em andamento na FFCLRP - USP;

IV - manter cadastro de pesquisadores que realizam procedimentos de ensino e pesquisa com animais;

V - expedir, no âmbito de suas atribuições, autorizações e certificados que se fizerem necessários junto aos órgãos de fomento à pesquisa, periódicos científicos ou outros, conforme disposto no capítulo II deste regimento;

VI - orientar os pesquisadores sobre os aspectos éticos dos procedimentos de ensino e pesquisa, bem como sobre as instalações necessárias para a manutenção dos animais de ensino e de experimentação.

§ 1º – Constatado qualquer procedimento fora dos limites éticos da legislação vigente na execução de um procedimento de ensino ou pesquisa, à CEUA caberá esclarecer o pesquisador responsável e, caso necessário, solicitar a paralisação da execução dos experimentos. No caso de persistência, a CEUA-FFCLRP reserva-se o direito de denunciar o caso à autoridade legal competente.

§ 2º – Das decisões proferidas pela CEUA caberá recurso, sem efeito suspensivo, e uma vez mantida a decisão da Comissão, o recurso poderá ser encaminhado à instância superior, no caso o CONCEA.

§ 3º – A CEUA-FFCLRP manterá, em absoluto sigilo, todos os pareceres emitidos por seus membros.

§ 4º – Um membro da CEUA deverá delegar a outro o encargo de apreciação de projetos e protocolos, em caso de impedimento ético ou de qualquer outra natureza.

CAPÍTULO V

DOS PROCEDIMENTOS



Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

Artigo 8º – Os pesquisadores responsáveis por procedimentos de ensino e/ou pesquisa sob a supervisão da CEUA-FFCLRP que envolvam o uso de animais deverão encaminhar a solicitação com os formulários devidamente preenchidos e acompanhados de cópia do projeto à CEUA-FFCLRP, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do início do projeto, com o objetivo de assegurar o prazo para tramitação, análise e parecer conclusivo da CEUA-FFCLRP.

Artigo 9º – O projeto de pesquisa e/ou ensino será encaminhado para análise de parecerista que emitirá no prazo de 30 dias o parecer circunstanciado. Este parecer sobre os aspectos éticos dos procedimentos será analisado pela CEUA-FFCLRP e, em casos excepcionais, pelo Coordenador ou Vice-Coordenador da CEUA-FFCLRP, em exercício, e a aprovação será por *ad referendum*. O parecer será divulgado aos seus autores, podendo, nesta oportunidade, a critério da Comissão, ser juntado os comentários emitidos pelo parecerista ou por seus membros.

§ 1º – O parecerista terá até 30 (trinta) dias para emissão de parecer circunstanciado, o qual deverá ser aprovado em reunião ordinária da CEUA-FFCLRP ou, ainda, em casos excepcionais, *ad referendum* pelo Coordenador ou Vice-Coordenador da CEUA-FFCLRP, antes de sua divulgação aos pesquisadores interessados.

§ 2º – Esse prazo poderá ser prorrogado por 10 (dez) dias, mediante justificativa do parecerista e caberá ao Coordenador da CEUA-FFCLRP, expedir notificação nos casos de atrasos recorrentes;

§ 3º – A CEUA poderá, em casos excepcionais, solicitar a colaboração de profissionais de reconhecido saber para a elaboração de pareceres específicos.

§ 4º – Os pesquisadores responsáveis por procedimentos que a CEUA julgar não estarem de acordo com os princípios éticos na experimentação animal adotados por esta Comissão, não receberão a autorização mencionada no inciso V, artigo 7º do Capítulo IV, até a regularização.

§ 5º – O reencaminhamento do processo à CEUA-FFCLRP para regularização, como mencionado no caput desse artigo, § 4º, deverá ser feito no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a emissão do parecer dado por esta Comissão; caso contrário o processo será arquivado e novo protocolado deverá ser aberto.

§ 6º – Os membros a que se refere o inciso V do artigo 3º, do Capítulo III, não poderão analisar projetos e nem emitir pareceres.

Artigo 10 – A CEUA-FFCLRP reunir-se-á ordinariamente a cada 30 (trinta) dias e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Coordenador ou por maioria de seus membros.

Artigo 11 – A Comissão não analisará trabalhos concluídos ou em andamento, exceto projetos aprovados por outra CEUA.

Artigo 12 – A proposta de alteração deste Regimento será encaminhada à apreciação da Congregação da FFCLRP - USP somente por deliberação da maioria absoluta dos membros da CEUA.

Artigo 13 – A CEUA-FFCLRP somente poderá deliberar com a presença de mais da metade de seus membros, salvo em casos de terceira convocação.



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

Parágrafo único – As decisões da CEUA-FFCLRP serão aprovadas por maioria simples, exceto nos casos em que a legislação disponha de modo diverso.

Artigo 14 – Às reuniões da CEUA-FFCLRP somente terão acesso seus membros titulares ou suplentes em exercício.

Parágrafo único – Poderão ser convidadas, a juízo do Coordenador, pessoas para prestarem esclarecimentos sobre assuntos específicos.

Artigo 15 – Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Comissão de Ética no Uso de Animais – CEUA-FFCLRP.

Artigo 16 – Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Ribeirão Preto, 2 de setembro de 2021.

Prof. Dr. Marcelo Mulato
Diretor FFCLRP